

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## “SOB OS FUNESTOS EFEITOS DUMA TERRÍVEL SECCA”: MANOEL ANTÔNIO CORIOLANO E A ESCRITA SOBRE O ESTADO DE MISÉRIA DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1875-1878)

Magno Francisco de Jesus Santos\*

Nos idos de 1881, o então diretor da Biblioteca Nacional, Ramiz Galvão, tido como um dos mais proeminentes pensadores da História no país (CALDEIRA, 2009, 2015), enviou um ofício circular com um questionário para todas as câmaras municipais do Império do Brasil. O intuito era o de inventariar informações para elaborar o Dicionário Geográfico Brasileiro, pautado em dados geográficos e breves notícias históricas atinentes a todas as vilas, cidades e capitais do país. Com isso, buscava-se fomentar a constituição de uma obra que corroborasse para a difusão do conhecimento atinente ao vasto império, por meio da junção de informações históricas e coetâneas, fornecidas pelos sujeitos que se encontravam a frente do poder público em tais espaços. A proposta, desse modo, possibilitava a elaboração de um dicionário produzido por brasileiros e que pudesse corrigir as imprecisões estabelecidas em narrativas gestadas sob a pena de estrangeiros, como o famigerado dicionário do francês Saint-Adolphe, publicado nos idos de 1845 (SAINT-ADOLPHE, 1845).

No entendimento de Gilberto Vilar de Carvalho, apesar do projeto ser “monumental e de grande utilidade”, tratava-se de uma ação exequível, pois a Biblioteca Nacional reunia em seus quadros uma equipe de alta competência, que além de Ramiz Galvão, “contava com homens de gabarito como Capistrano de Abreu, Alfredo do Vale Cabral, Menezes Bruno, João Ribeiro, etc. todos funcionários da Casa e tinham acabado de escrever o *Catálogo da exposição da História do Brasil*, com 1.875 páginas” (CARVALHO, 1990, p. 92). Todavia, a empreitada ancorava-se na colaboração de sujeitos letrados que viviam em diferentes plagas do Império, os homens das câmaras municipais.

O que poderia ser potencial, com um projeto pautado na pluralidade de sujeitos que vivenciavam nas respectivas localidades e guarneciam os papéis velhos atinentes aos seus espaços, tornou-se um ponto de limitação. Se o questionário foi enviado para as mais de oitocentas câmaras até então existentes no país, apenas 128 o responderam. Além disso, em alguns casos, “em vez de respostas, enviaram revistas onde os pesquisadores da Biblioteca

---

\* Professor do Departamento de História e dos programas de pós-graduação em História e de Ensino de História da UFRN. Doutor em História pela UFF.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

Nacional poderiam encontrar os dados solicitados (CARVALHO, 1990, p. 92). Com isso, o projeto “utilíssimo” de elaborar um dicionário “fundado em informações autênticas e verídicas dos conhecedores locais” (GALVÃO, 1884, p. 120) malogrou. Os documentos enviados passaram a integrar a seção de manuscritos da BN e o projeto de tornar visível uma história pormenorizada dos municípios brasileiros foi engavetado.

Contudo, apesar do não êxito da proposta, algumas câmaras municipais produziram valiosas narrativas históricas ao responderem ao intento. São narrativas que denotam a preocupação em edificar vitrines para um modelo de história aos moldes das corografias (SANTOS, 2019), que se tornariam uma das principais demandas no período republicano. Esse foi o caso dos textos enviados por homens letrados como Olympio Eusébio de Arroxelas Galvão, sobre o município de Porto Calvo, na província de Alagoas e de Manoel Antônio de Oliveira Coriolano, sobre a Vila do Apody, na província do Rio Grande do Norte. Em ambos os casos, os letrados responderam os questionários por meio da elaboração de narrativas que buscavam ordenar os espaços municipais por meio da história, ou seja, o espaço cingido pelas experiências humanas ao longo do tempo. Foram homens que transmutaram seus municípios em espaços significados pela história. Como bem elucidou Antonio Carlos Robert Moraes, “não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço” (MORAES, 2005, p. 16).

Neste texto, tenho como escopo analisar a construção da narrativa histórica atinente ao espaço sertanejo e à seca de 1877 na escrita histórica de Manuel Coriolano. Mobilizo como fontes para esta análise os escritos de Coriolano, publicados nos Anais da Biblioteca Nacional e registros publicados na imprensa do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul, ao longo no último quartel do oitocentos. Por meio desses escritos, é possível entender os fazeres científicos desse pensador da história que contribuiu para a invenção do passado sertanejo potiguar e, de igual modo, forjou os fazeres historiográficos norte-riograndenses.

No conjunto documental enviado pela câmara da vila do Apodi, na província do Rio Grande do Norte, encontrava-se a “Mimória ou Notícia Histórica da Creação da Villa do Apodi”, de autoria de Manuel Antônio de Oliveira Coriolano. Um texto escrito nos idos de 1878, enviado para a Biblioteca Nacional em 1881, e, na versão revisada e ampliada, publicado em diferentes periódicos brasileiros no último decênio do século XIX, como o

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Almanak Litterário e Estatístico de Porto Alegre, em 1895 e a Mensagem do Governo do Rio Grande do Norte, no ano subsequente. Tratava-se de uma notícia história elaborada para circular em dicionários e almanaques.

Mas afinal, quem foi Manuel Antônio de Oliveira Coriolano? Como ele foi visto pelos homens letrados que pensaram a historiografia norte-riograndense? Para responder essa questão, aciono uma notícia publicada no Jornal Miscelânea, no final do oitocentos, e dois artigos biográficos escritos por Luís da Câmara Cascudo e Phelipe Guerra, ambos nos idos de 1940.

Nos idos de 1898, o impresso natalense Miscelânea designou Coriolano como o “Cicerone de Apodi”, em uma alocução que iniciava o processo de apreende-lo como um homem topográfico, um desígnio do espaço municipal no qual ele havia enquadrado por meio de suas narrativas históricas. De igual modo, o espaço retratado no talento de seu exercício historiográfico, também exasperava a sua força nociva, capaz de aniquilar inteligências. No impresso publicado no dia cinco de dezembro, apresentou-se: “Eis em ligeiros traços, a vida de um destes homens cuja inteligência excepcional perde-se no recôncavo culto do alto sertão, onde ouve apenas o mugir da vaca e o relinchar do cavalo” (MICELÂNEA, 1898, p. 2).

O impresso potiguar, pautado na antonímia, por um lado tecia uma visibilidade para o pensador da história como homem letrado dotado de inteligência, capaz de circunscrever o passado de seu torrão natal, de recuperar narrativamente os episódios de outrora. Por outro, evocava o poder restritivo do espaço, em uma paisagem sonora composta por mugidos e relinchaes, em uma imensidão capaz de levar a perda da inteligência. Em a Miscelânea, Coriolano edificou o sertão do Apodi por meio de seus escritos, mas também teria sido resultante da feitura do espaço que o sufocou. Um homem engolido pelo recôncavo culto do alto sertão.

Quatro decênios depois, o nome de Coriolano voltou a ser evocado nos impressos potiguares, em um processo de ebulição acerca da monumentalização dos fundadores da historiografia norte-riograndense. Nos idos de 1940, Manoel Antônio de Oliveira Coriolano foi biografado por dois dos mais importantes pensadores da história no estado, como sinal de reconhecimento de suas contribuições nos fazeres de Clio. O primeiro texto foi publicado nas “Actas Diurnas”, uma prodigiosa coluna publicada diariamente no jornal “A República” do dia 21 de março de 1940. Neste texto, Luiz da Câmara Cascudo preocupou-se em evocar os

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dados biográficos cingidos com a elucidação das virtudes historiográficas do letrado oitocentista:

nasceu no Sítio Sonharão, no dia 05 de janeiro de 1835. Faleceu na cidade do Apodi a 28 de dezembro de 1922. Durante meio século seu nome correu todo oeste da Província e Estado, era o cronista do sertão, o historiador inédito mais diário, o sabedor das tradições, o homem que tudo observava, retinha e anotava nos cadernos de papel almaço, tornados famosos nas “ribeiras” como as actas diurnas do desenvolvimento social, folclórico, político e religioso da região (CASCUDO, 1940, p. 2).

A assertiva cascudiana merece atenção. O intelectual que buscava edificar o seu próprio nome como o historiador do estado norte-riograndense, atentou-se para situar a experiência historiográfica de Coriolano em um espaço específico: era o pensador da história do oeste potiguar. O nome que se fez conhecido e atravessou o tempo do império chegando à república. Contudo, na dimensão espacial, limitou-se ao oeste potiguar, aos arredores de seu município. De alguma forma, Cascudo instituiu Manoel Coriolano como um nome a ser lembrado como precursor e não fundador. Não teria sido o historiador de toda a província, por ter sua experiência historiográfica geograficamente situada no oeste potiguar.

Essa dimensão restritiva também se fez presente na avaliação dos fazeres historiográficos. Cascudo designou Coriolano como historiador. Contudo, a sua designação teve como meandro a preocupação em explicitar uma incompletude. Na esfera espacial, teria sido o “cronista do sertão”, ainda sem produzir um modelo interpretativo que possibilitasse o entendimento do passado norte-riograndense como unidade. Pelo contrário, ele teria produzido a fissura, com uma narrativa que privilegiava um recorte espacial de dimensão municipal. Essa restrição dos fazeres historiográficos também foi evocada no campo da repercussão. Para Cascudo, Coriolano teria sido “o historiador inédito mais diário”, ou seja, designando a ausência de publicação da maior parte de seus escritos e a consequente ausência de um impacto na historiografia. Não teria sido o letrado das vitrines, capaz de expor suas interpretações nas grandes tribunas da história, mas o sujeito dos bastidores, que inventariava as memórias de seu chão, o homem-testemunha, “que tudo observava, retinha e anotava em papel almaço”. Era um inventor de passados que atuou na produção e salvaguarda das fontes.

Uma terceira dimensão registrada por Cascudo implicava na ideia de legado. Coriolano teria forjado um modelo de fazer história, na coleta de documentos, no registro das experiências, na identificação polifônica da história, com anotações voltadas para recortes folclóricos, religiosos, políticos e sociais, entrecortados pela dimensão do clima. Uma

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

polifonia valorada por Cascudo como um jogo de espelhos. Falava-se dos fazeres de Coriolano e evocava-se a própria labuta no fazer a história em coisas miúdas. Nas palavras do biógrafo, Coriolano transmuta-se no próprio Cascudo, que se apresentava como herdeiro de um modelo de fazer história por meio de suas “Actas Diurnas”, publicadas nos jornais natalenses entre os anos 30 e 60 do século XX (ARRAIS, 2017). Portanto, ao acionar a memória do historiador oitocentista, Cascudo buscava referendar sua trajetória, reconhecendo-se como o legítimo herdeiro de um modo de pensar a história.

No mesmo ano, outro intelectual norte-riograndense mobilizou as memórias do Cicerone do Apodi. Na Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte, periódico voltado para a edificação da memória potiguar, Phelipe Guerra publicou a biografia de Coriolano, por meio de uma narrativa que buscava compor a imagem do historiador oitocentista, assim como um pintor buscava enquadrar o sujeito a ser retratado. Pinceladas narrativas que transmutavam o leitor para os sertões do Apodi, para a casa do chamado “velho cronista do Apodi”.

O auditorio, atento, palpita. O narrador, sem alteração, passa adiante. Alto, magro, anguloso, Coriolano era um retraído, de poucas palavras. Em sua sala, havia um banco de carpinteiro, onde alguma vez, trabalhava, nunca tendo exercido a profissão. Muito pobre, casado, com filhos. Durante longos annos, fumava cachimbo, mascava fumo, amante de café. E assim viveu oitenta e sete annos! Era uma espécie de consultor jurídico e eleitoral para seus amigos e correligionários. Advogado, em seu meio, tinha especial predileção por livros de direito, de pratica forense, possuindo algumas revistas. Nesses tempos, rabulas ou advogados sertanejos morriam de fome (GUERRA, 1941, p. 65).

Assim como era recorrente nos textos biográficos e elogios fúnebres publicados no periódico do sodalício potiguar, a memória do historiador foi evocada a partir da oposição entre a pobreza material do letrado e a dedicação ao trabalho. Um homem de poucos recursos, com móveis esparsos pelo vão da casa. Por outro lado, o retrato composto favorecia o vislumbre da generosidade intelectual, com as consultorias aos amigos do campo jurídico. O homem-testemunha que compartilhava suas anotações. Também foi mobilizada a ideia do intelectual. A pobreza da casa contratava com o acervo de revistas e livros jurídicos. Se os advogados sertanejos morriam de fome, seria correto afirmar que essa morte ocorresse cercada por livros. Com isso, a composição de Phelipe Guerra nos revela um homem velho, mascando fumo, com uma xícara de café e cercado de livros.

Assim, Phelipe Guerra nos apresentava o “velho cronista” sertanejo. Mas o que seria um cronista no emergir da década de 40 do século XX? Até que ponto se tratava de uma

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apreciação lato, como havia sido gestada no oitocentos, que se confundia com os fazeres historiográficos. O dicionário de Cândido de Figueireido, publicado em 1913, apresentava como verbete crônica como: “Narração histórica, segundo a ordem dos tempos. Noticiário dos periódicos. Revista científica ou literária, que preenche periodicamente uma secção de jornal” (FIGUEIREDO, 1913, p. 546).

De algum modo, Coriolano atendia aos dois requisitos. Tinha produzido narrativas históricas e era responsável pelas anotações com o noticiário diário. Essa dimensão de testemunha da história foi evidenciada por Phelipe Guerra: “Interessava-se pelo problema das secas, principalmente por sua cronologia. Em um caderno, em tiras de papel almaço, tomava notas, dia a dia, de todas as chuvas caídas em Apody”. Coriolano ordenava o espaço ao aprisionar o passado de sua terra nas notícias históricas, mas também buscava encontrar uma regularidade climática no sertão, com anotações diárias atinentes à questão pluviométrica. Registros que ordenavam a vivência ao longo de mais de meio século. Além disso, Phelipe Guerra registrou sobre a circulação dos manuscritos produzidos pelo cronista:

Realmente, em 1933, por morte de meu irmão Dr. J. C. Brito Guerra, entre papeis de seu archivo, encontrei os escritos de Coriolano. Fiz ligeira leitura de dois cadernos, relativamente volumosos, e passei-os a boas e mais competentes mãos. Restituídos depois, por Câmara Cascudo, foram remetidos para o Rio, donde Dr. José Augusto me escrevera pedindo-os emprestados. E, por lá, ainda estão (GUERRA, 1941, p. 66).

Na assertiva do biógrafo, os saberes elaborados por Coriolano, ainda sob a forma de manuscritos, circulavam no meio intelectual do Rio Grande do Norte e fomentavam a produção de narrativas sobre o estado e, principalmente, os estudos atinentes à questão da seca. Coriolano tornou-se não somente uma inspiração, mas uma fonte que municiava a elaboração de interpretações sobre o espaço potiguar. Ainda sobre essa questão, Câmara Cascudo ressaltou os escritos sobre o oeste potiguar e a relevância do historiador nas questões atinentes a esse espaço:

Pertenceu a uma geração desaparecida de anotadores desinteressados pela divulgação dos ensaios. Conheci ainda, no alto sertão, esses velhos fazendeiros que registravam todos os acontecimentos conhecidos, as datas e os detalhes, formando desta sorte, os fundamentos honestos de uma história verídica, como testificada pelas notas apanhadas no calor dos sucessos. Manoel Antônio de Oliveira Coriolano pertenceu a essa raça e que se extinguiu quase inteiramente e jamais se renovará. Escreveu com letra graúda e lançada, quatro livros inteiros sobre a História do Apodi, a freguesia de São João Batista das Várzeas do Apodi, terra nevoenta de tradições sugestivas, núcleo irradiante de fazendas, zona que se partiu para criar municípios, como numa divisão fecunda de polipeiros. Não é possível caminhar-se na história do oeste norte-riograndense sem consultar Manuel Antônio de Oliveira Coriolano, seja qual for o aspecto fixado (CASCUDO, 1940, p. 2).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Esse lugar ocupado pelo letrado, no qual oscilava entre testemunha e anotador dos fenômenos climáticos de sua terra e cronista das notícias históricas, levou à produção de uma narrativa entrecortada por atores sociais, registros dos episódios históricos de criação da vila, freguesia e missão. Na “Mimória ou Notícia Histórica da criação da Villa do Apody”, Coriolano ressaltou o processo de fundação da vila a partir da dinâmica envolvendo os deslocamentos espaciais e os atores sociais. Em sua narrativa:

Esta Villa, chamada outr’ora antiga Missão de são João Baptista do Apody, foi um Arraial de índios – Paiacus que forão cathequisados pelos jesuítas na margem da Lagoa do mesmo nome, que crescendo em população decretou El-Rey D. José de Portugal, que fosse erecta Villa. Este decreto foi cometido ao juis de Fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castello Branco, para dar-lhe execução. Este ministro, chegando a esta Villa então Missão, a instâncias dos creadores de gado deste sertão, não eregio Villa tranferio-a com os índios aqui moradores, para a Serra do Regente – hoje a Villa de Port’Alegre, - e ali poude conseguir de Margarida de Freitas Nogueira, mulher imbecil, a quem pertencia essa Serra, para Patrocínio dos mesmos índios, que tinham sido aqui arrailados, nella erigio a Villa e aplicou para Patrimônio da respectiva Câmara Municipal, uma légoa de terra em quadro, com uma légoa em cada face, que tinha sido doado aos ditos índios, pelo Alvará de 23 de Novembro de 1700, a qual é onde hoje se acha edificada esta Villa. Em Sesão ordinária do Conselho Geral desta Província de 11 de Abril de 1833, foi erecta esta Povoação das “Várzeas do Apody”, com a denominação de Villa do Apody, servindo-lhe de limites os de sua Freguesia erecta em 1766 e, de Patrimônio, para a respectiva Câmara Municipal, a légoa de terras que foi doada aos índios, que aqui estiveram aldeiados, e que se retirarão para a Serra de Port’Alegre d’onde se dispuserão (CORILANO, 1991, p. 222).

A escrita histórica de Coriolano referenda um clamor de justiça acerca do espaço municipal. Primeiramente, elucida a antiga Várzea do Apodi como o marco inicial de colonização dos sertões do oeste da antiga província do Rio Grande do Norte. A atuação dos jesuítas frente aos Paiacu foi apresentada como um marco da colonização dos sertões. Além disso, ele explicita que a antiga missão deveria ter sido elevada à condição de vila, no contexto marcado pela expulsão dos jesuítas da colônia. Nesse aspecto, ele evidencia a articulação entre criadores de gado, o juiz de fora e a proprietária Margarida de Freitas Nogueira, para o deslocamento espacial da vila, que acabou por ser instalada em Portalegre. Desse modo, a mulher que emerge em sua narrativa como personagem histórica foi qualificada como “imbecil”, possivelmente, por ter sido uma das responsáveis pelo atraso no processo de elevação da povoação à condição de vila.

Essa escrita tingida pelo sentimento de perda perpassa por grande parte da notícia histórica. De um lado, o historiador registra as conquistas oriundas do poder público, como a criação de cadeiras de primeiras letras para os sexos masculino e feminino ou a criação de tribunal de jurados. Por outro lado, o espaço municipal foi descrito a partir da sua

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fragmentação, fissuras narradas como se fossem cortes em um corpo, por meio da criação de novas vilas como Portalegre, Pau dos Ferros, Caraúbas e a Freguesia de Santa Luzia de Mossoró. O Apodi foi narrado como espaço da perda, pulverizado a partir da criação de novas vilas e freguesias. Já o espaço urbano da sede da vila foi descrito a partir de suas edificações, com ênfase para a matriz paroquial:

Tem a mesma Villa, fundada em uma elegante collina arenosa, 7 ruas, 118 cazas habitadas, sendo 3 de sobrado, e 10 em contínua edificação. A Igreja Matriz, fundada em 1740, por Frei Fidelis capuchinho jezuita em serviço das Missões na catequese dos Índios – Paiacus – nas margens da dita Lagoa, que ainda hoje a tradição conserva o nome de – Córrego da Missão – a um braço da mesma, existente nos subúrbios da Villa, e erecta Freguesia em 1766, sendo o seu primeiro vigário, o Padre João da Cunha Paiva, clérigo do Hábito de São Pedro, natural de Pernambuco, é grande, bem compartilhada, e espaçosa, pelos reparos que ultimamente se fizeram a custa de seus Parochianos, tem um torreão que serve de campanário, um grande Cimitério, com a respectiva Capellinha, fundada em 1863, pelo Missionário, o Padre Agostinho Álvares Affonso, quando aqui missionou (CORIOLANO, 1991, p. 227).

A vila foi descrita a partir dos seus edifícios, com maior notoriedade para o templo que servia como matriz e outrora havia sido utilizada na antiga missão indígena. Contudo, a narrativa histórica de Coriolano não se restringiu à descrição do edifício religioso. Ele também inventariou os equipamentos de trabalho existentes na vila:

Existem dentro da Villa, 5 machinas de costura, 3 de alambiques para aguardente, 14 engenhocas de madeira, e 3 engenhos de ferro de moer cannas; e 33 aviamentos de fazer farinha. Deste bello local, onde se gosa uma briza mitigadora, vê-se à leste, a Serra de João do Valle, no Município de Triunpho, a 14 légoas, ao sul, na distância de 12 légoas, também se vê a cordilheira do Patu, em direção ao poente, que faz as serras, Três Cabeças, Cajueiro, Serra do Martinz, onde está sita a Cidade da Imperatriz sede da Comarca da Maioridade, a Serra do Regente, em cujo ermo descansa a Villa de Port’Alegre (CORIOLANO, 1991, p. 228).

Os equipamentos urbanos foram inventariados como um sinal que denotava os aspectos da pujança das atividades econômicas. Contudo, Manoel Coriolano preocupou-se também em elucidar os aspectos da paisagem urbana. Provido de uma escrita de forte conotação sensorial, ele descreveu a brisa que suavizava o clima do sertão e direcionou o olhar do leitor para o horizonte da vila, cercada de serras que carregavam a toponímia da monarquia. Serras que em outrora faziam parte do grande território do Apodi. O leitor é narrativamente alocado na centralidade espacial da vila, circundada pelas elevações. Uma centralidade que circunscrevia o papel imagético do espaço urbano. A contemplação das serras pela dimensão do olhar referendava uma continuidade do domínio, da posse, do controle visual da paisagem da vila cercada por serras como se fossem muralhas a proteger o antigo centro.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Essa centralidade também era enviesada sensorialmente, pois as experiências históricas da vila chagavam a ecoar em outras plagas, como a vila de Portalegre. Isso teria ocorrido com o desabamento da antiga igreja matriz:

Em 1660 viera em serviço das missões o capuchinho Frei Angelo, que edificou a igreja, que actualmente serve de matriz, toda de abobada, com campas no pavimento, colocando nella a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que por provisão de 3 de fevereiro de 1766, quando foi erecta a freguesia foi instituída sua padroeira. Em 2 de fevereiro de 1784, achando-se rachada a abobada do corpo da igreja, desabou sobre as campas, fazendo um horroroso estampido, que se ouviu na Villa de Port’Alegre (CORIOLANO, 1895, p. 196).

A trajetória da vila foi narrada a partir do amálgama entre os episódios históricos, os personagens que contribuíram para a edificação e os causos que dimensionavam sonoramente o espaço. Assim, o “horroroso estampido”, oriundo do desabamento da abóbada da antiga matriz foi evocado de forma cronologicamente precisa, como estratégia para testemunhar a antiguidade do templo original. Precisão acionada a partir da mobilização da documentação paroquial, da inventariação dos episódios que demarcaram o passado da freguesia.

Entretanto, a narrativa tecida por Manoel Coriolano apresentava outras porosidades espaciais e temporais. A centralidade do Apodi não se restringia exclusivamente à dimensão espacial, mas também recorria ao tempo. Na versão enviada para a Biblioteca Nacional, nos idos de 1881, a narrativa elucidava a história do Apodi a partir do processo de catequização dos Paiacu e da criação da vila, nos idos do século XVIII. No decênio subsequente, em uma nova versão do texto, com inúmeras inserções e reformulações e publicada no Almanak Estatístico e Litterario do Rio Grande do Sul, Coriolano construiu uma história que recuou no tempo, no qual a colonização do Apodi teria remontado do final do século XVI:

A ribeira do Apody, da antiga capitania do Rio Grande do Norte, foi descoberta por Alonso Hojeda, que, acompanhado de Américo Vespúcio e João de la Coza, seguiu rio acima. No dia 24 de junho de 1499, foram ter a uma grande lagoa cercada de taboleiros arenosos e com as margens bordadas de relva e frondosos arboredos, chamada pelos gentios Itahú, à margem ocidental e que comunica com elle por um canal estreito, que a faz encher durante a estação invernososa. Habitam ahí os índios Paiacús, da grande raça tupy, aldeiados em tabas. Tomou o território o nome de Missão de São João Baptista da Ribeira do Apody, em razão de morar à margem do rio uma tribo com esse nome.

Apesar da resistência dos índios, o explorador Hojeda fundou os primeiros estabelecimentos numa das margens, a leste da lagoa, no lugar chamado Outeiro, onde havia uma grande taba.

Em 1538, veio o capuchinho Frei Fidelis, e origem italiana, verdadeiro apóstolo, que catecisou os índios em um braço da lagoa, em um lugar que a tradição conservou o nome de Córrego da Missão. Erigiu depois uma pequena ermida de barro e madeira, dedicada a São João Baptista, ao norte da lagoa, ao pé da collina em cujo cimo está edificada a actual povoação (CORIOLANO, 1895, p. 195).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O texto publicado no almanaque gaúcho mobilizava algumas informações que já tinham sido expostas no manuscrito enviado para a Biblioteca Nacional, mas foi adensado por meio do acréscimo de informações mais precisas, situadas no tempo histórico. No caso, a fundação da povoação pelo viés religioso continuava centrada na figura do Frei Fidelis, mas o episódio foi recuado no tempo, deslocando-se para a primeira metade do século quinhentista. Com isso, a presença do capuchinho foi afastada temporalmente do episódio referente à fundação da vila, aproximando-se de um fato até então ignorado: a possível presença de navegadores espanhóis no litoral norte-riograndense antes da chegada dos portugueses. A navegação dos europeus pela ribeira do Apodi foi descrita detalhadamente, por meio de pormenores que construíam a paisagem das matas e da lagoa. Coriolano situa a conquista do Apodi, com precisão de personagens e cronológica: teria sido fundada por Hojeda, no dia 24 de junho de 1499.

Nessa nova escrita, o passado de Apodi era capturado no tempo, aprisionado por meio da narrativa histórica que redimensionava a história nacional a partir de uma reivindicação do protagonismo local. A colonização do Brasil, tanto no âmbito da conquista, como da catequese, não teria emergido na antiga capitania de Porto Seguro, mas nos sertões do Apodi. Por meio da escrita, Coriolano forjava uma porosidade historiográfica, deslocando o palco da história pátria do litoral para os sertões. Assim, ao acionar a palavra “descoberta” para se referir ao processo inicial de colonização dos sertões do Apodi, Coriolano tencionava a historiografia acerca do país, por meio do deslocamento do espaço dos descobrimentos para o interior sertanejo. Apodi amalgamava a história, como reordenamento do passado nacional.

Além desses elementos históricos atinentes ao processo de fundação do Apodi, a narrativa tecida pelas mãos de Coriolano elucidava a forte presença do protagonismo do clima. O espaço do sertão do Apodi pode ser lido como uma questão emblemática na notícia histórica de Coriolano, como observado:

Segundo antigas tradições, esta Província, especialmente o alto sertão, tem periodicamente sido victima dos terríveis estragos da secca, e seguido logo por seu hediondo cortejo a infalível fome. Os annos de 1791, 1792 e 1793, chamados da – secca grande – forão todos seccos, de tal forma em que não cahia agua, que chegasse a correr, e produzi a vegetação. Os de 1807 e 1816, foram escassos. O anno de 1825, também foi secco e epidêmico, de bexigas e andação, agravando-se mais o mal, porque em 1824 tinha havido um fraco inverno, assim como nos annos anteriores (CORIOLANO, 1991, p. 230).

Na escrita da história, o cronista do sertão mobilizou informações que eram oriundas de suas próprias anotações pluviométricas, efetivadas a partir da década de 40 do oitocentos.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Contudo, o seu texto apresentava questões atreladas à seca em períodos anteriores, como o início do século XIX e em diferentes momentos do século XVIII. Isso foi possível em decorrência da mobilização das anotações produzidas por outro cronista que havia passado pela Freguesia São João do Apodi, no último decênio do século XVIII. Era o padre Joaquim José Pereira, um dos mais significativos cronistas do final do setecentos, no tocante a suas viagens empreendidas pelos sertões das antigas capitanias do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Fontes mobilizadas e identificadas em notas históricas publicadas no Almanque Laemmert do Rio de Janeiro, nos idos de 1905.

Essas anotações deixadas pelo antigo pároco tornaram-se um modelo de escrita para Coriolano. Era a fonte necessária para historicizar o processo de fundação do município e as experiências antigas no tocante à seca, inclusive com a chamada “peste dos vampiros”, decorrente da estiagem que perdurou entre 1790 e 1793. Pautado no modelo do Padre Pereira, Coriolano exercia o papel de anotador das chuvas e de escritor da história do sertão do Apodi.

Contudo, o olhar historiográfico de Coriolano, assim como Cronus, não se restringia ao passado. Ele atravessava o tempo, como uma demanda do presente, que clamava atenção pelo peso da fome.

Subindo de ponto, o clamor geral da fome, em seu completo nestes altos sertões, desta, e das Províncias limítrofes descia diariamente ondas de esfarrapados, inanidos de fome, em procura do litoral, a verem se achavão alívio a seus sofrimentos, em data de 6 de Maio de 1878, escrevi as poucas linhas que seguem, inormemente apreensivo (CORIOLANO, 1991, p. 230).

Ao escrever a notícia história e direcionar para a Biblioteca Nacional, Coriolano não buscava apenas à amplificação de seus relatos históricos ou do passado dos sertões do Apodi. A publicação no dicionário geográfico brasileiro foi entendida como uma oportunidade de gritar por socorro, de anunciar as cenas da fome, de pincelar os desastres causados pela seca. O passado era recuperado para nortear o leitor a enxergar a seca não como um problema circunstancial, mas estrutural. No final do oitocentos, Coriolano passou a atuar como um intelectual que reivindicava políticas públicas acerca do seu espaço (SIRINELLI, 2007), principalmente, no tocante ao problema das secas. Um olhar que também contemplava um projeto de futuro:

Não à mim mas à operada sciencia, ou estudo de muitos annos dos Sabios, nestas regiões, compete a indagação, e a preciação das mesmas causas, e indicação dos meios de as remover. Talvez tardios netos tenham a gloria de poder, não arrebatam ao Céu o raio, de que se não precisa na terra; porém a chuva, que é o que falta para a felicidade dos povos que habitão este clima doce, sadio, e produtor (CORIOLANO, 1991, p. 230).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ao falar sobre o passado dos sertões norte-riograndenses e, especialmente, do Apodi, Manoel Antônio de Oliveira Coriolano encetava uma rápida contemplação de um projeto de futuro, um tempo a ser construído, a ser redesenhado por mãos habilidosas de sábios e cientistas, que pudessem entender as causas da seca e propusessem soluções para os problemas enfrentados em seu espaço. Sua escrita instituía uma cultura política sertaneja (REMOND, 2003). Um projeto que pudesse ser desfrutado por netos temporalmente distantes. Netos que não esperassem a solução vinda dos céus, mas dos fazeres científicos. No futuro ancorava-se a felicidade dos povos do Apodi. No futuro, emergiria uma nova história dos sertões.

## Referências:

ARRAIS, Raimundo. *Luís da Câmara Cascudo, historiador da cidade do Natal*. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Ramiz Galvão e a ideia de biblioteca como vitrine da nação: modelos europeus e trocas culturais no processo de modernização da Biblioteca Nacional. *História (São Paulo)*. Vol. 36, e24, 2017, p. 1-30.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 362f. Tese (Doutorado em História). Fundação Getúlio Vargas, 2015.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. Projeto de um dicionário geográfico do Brasil. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 110, 1990, p. 92-95.

CASCUDO, Luiz da Câmara. Oliveira Coriolano. Actas Diurnas. In: *A República*. 21 de março de 1940, p. 2.

CORIOLOANO, Manoel Antônio de Oliveira. Província do Rio Grande do Norte: Descrição do Município do Apody. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 111, 1991, p. 233-236. [1881].

CORIOLOANO, Manoel Antônio de Oliveira. Mimória ou Notícia Histórica da criação da vila do Apody na província do Rio Grande do Norte. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 111, 1991, p. 222-230. [1881].

CORIOLOANO, Manoel Antônio de Oliveira. Apody. In: *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, 1905, p. 1921-1923.

CORIOLOANO, Manoel Antônio de Oliveira. Apody: Notícia Histórica. In: *Almanak Estatístico e Litterario do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1895, p. 195-201.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionario da Língua Portuguesa*. Lisboa: Clássica, 1913.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz. Frei Camillo de Monserrate: estudo biográfico. In: *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 12, 1884, p. 120.

GUERRA, Phelipe. Manoel Antonio de Oliveira Coriolano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Vols. 35-37. Natal, 1941, p. 65-79.

MISCELÂNEA. Manoel Coriolano. In: *Miscelânea*. 5 de dezembro de 1898, p. 2.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologia geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAINT-ADOLPHE, J. O. R. Milliet de. *Diccionario Geographico, histórico e descriptivo do Império do Brasil*. Vol. 1. Paris: Aillaud, 1845.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. “Um operoso e erudito estudioso da história de nossa pátria”: Raphael Galanti e o ensino de História do Brasil (1896-1917). *IHS, antigos jesuítas en iberoamérica*. Vol. 7, nº 10, 2019, p. 42-62.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 231-270.